



ESCOLA DE GUERRA NAVAL



NÚCLEO DE AVALIAÇÃO
DA CONJUNTURA

BOLETIM

GEOCORRENTE

15 de julho de 2021

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 7 • Nº 143

A postura equatoriana diante da pesca ilegal

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO



BOLETIM

GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando responder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE SILVIO LUIS DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR CHEFE

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO F. DE MATTOS (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

CAPITÃO-TENENTE BRUNO DE SEIXAS CARVALHO (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

RODRIGO OLIVEIRA DUTRA MARCÍLIO (UFRJ)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

FRANCO NAPOLEÃO A. DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

ANA LAURA MARÇAL MONSORES (UFF)

BRUNA SOARES CORRÊA DE SOUZA (UNILASALLE)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (EGN)

JOSÉ MARTINS RODRIGUES JUNIOR (UFRJ)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-RIO)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)

GABRIELA PAULUCCI DA HORA VIANA (UFRJ)

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

EUROPA

GUILHERME FRANCISCO PAGLIARES DE CARVALHO (UFF)

MARINA AUTRAN CALDAS BONNY (UFRJ)

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

VICTOR MAGALHÃES LONGO DE CARVALHO MOTTA (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

LUIZ FILIPE DE SOUZA PORTO (UFRJ)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (EGN)

MARIA CLAUDIA MENEZES LEAL NUNES (USP)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINICIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ADEL BAKKOUR (UFRJ)

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

MARIA GABRIELA VELOSO CAMELO (PUC-RIO)

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ÁSIA

IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

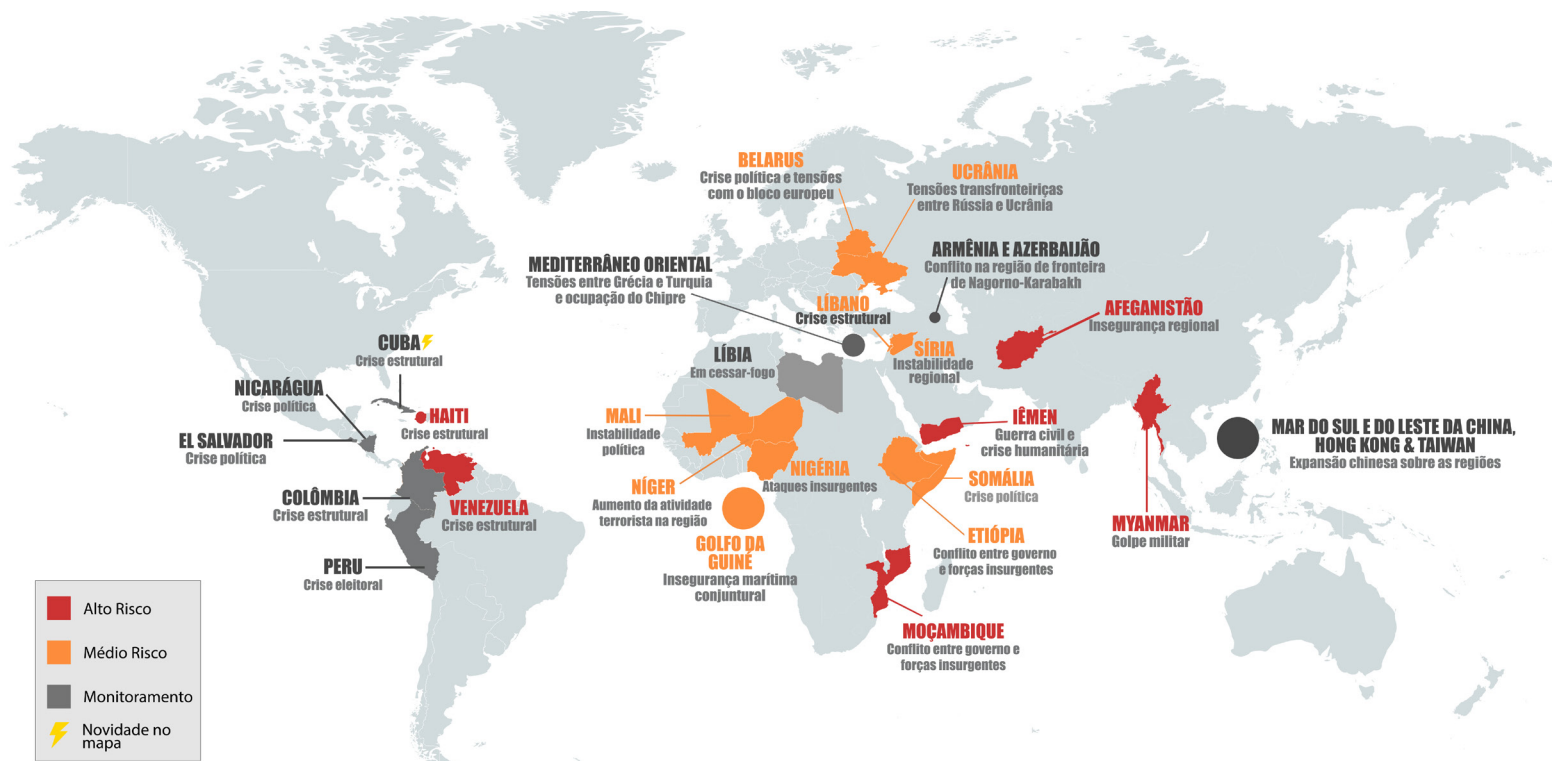
GUILHERME NOVAES SILVA PINTO (UFRJ)

ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL		RÚSSIA & Ex-URSS	
A postura equatoriana diante da pesca ilegal.....	5	O Poder Naval como instrumento diplomático ucraniano no Mar Negro	12
Sputnik V e usinas nucleares: a geopolítica da vacina entre Rússia e Argentina	6	LESTE ASIÁTICO	
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		A agenda nuclear chinesa e seus desdobramentos para a política internacional	
Os benefícios e riscos dos novos limites para embarcações no Canal do Panamá	6	13	
O assassinato de Jovenel Moise e seus desdobramentos para o continente americano	7	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
ÁFRICA SUBSAARIANA		Pequim se mantém firme no Mar do Sul da China.....	
Eleições na Etiópia e as tendências da política externa da gestão de Abiy Ahmed	8	14	
EUROPA		ÁRTICO & ANTÁRTICA	
Acordo Itália-Líbia financia Guarda Costeira no Mediterrâneo Central	9	A escalada de tensões militares no Ártico: o Exercício Formidable Shield 21 da OTAN	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		15	
Acordo Nuclear com o Irã, novas oportunidades?	10	TEMAS ESPECIAIS	
Geopolítica turca: O Canal de Istambul.....	11	Disrupção ou Cripto Verão?	
		16	
		Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa.....	
		17	
		Calendário Geocorrente.....	
		17	
		Referências.....	
		18	
		Mapa de Riscos.....	
		19	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

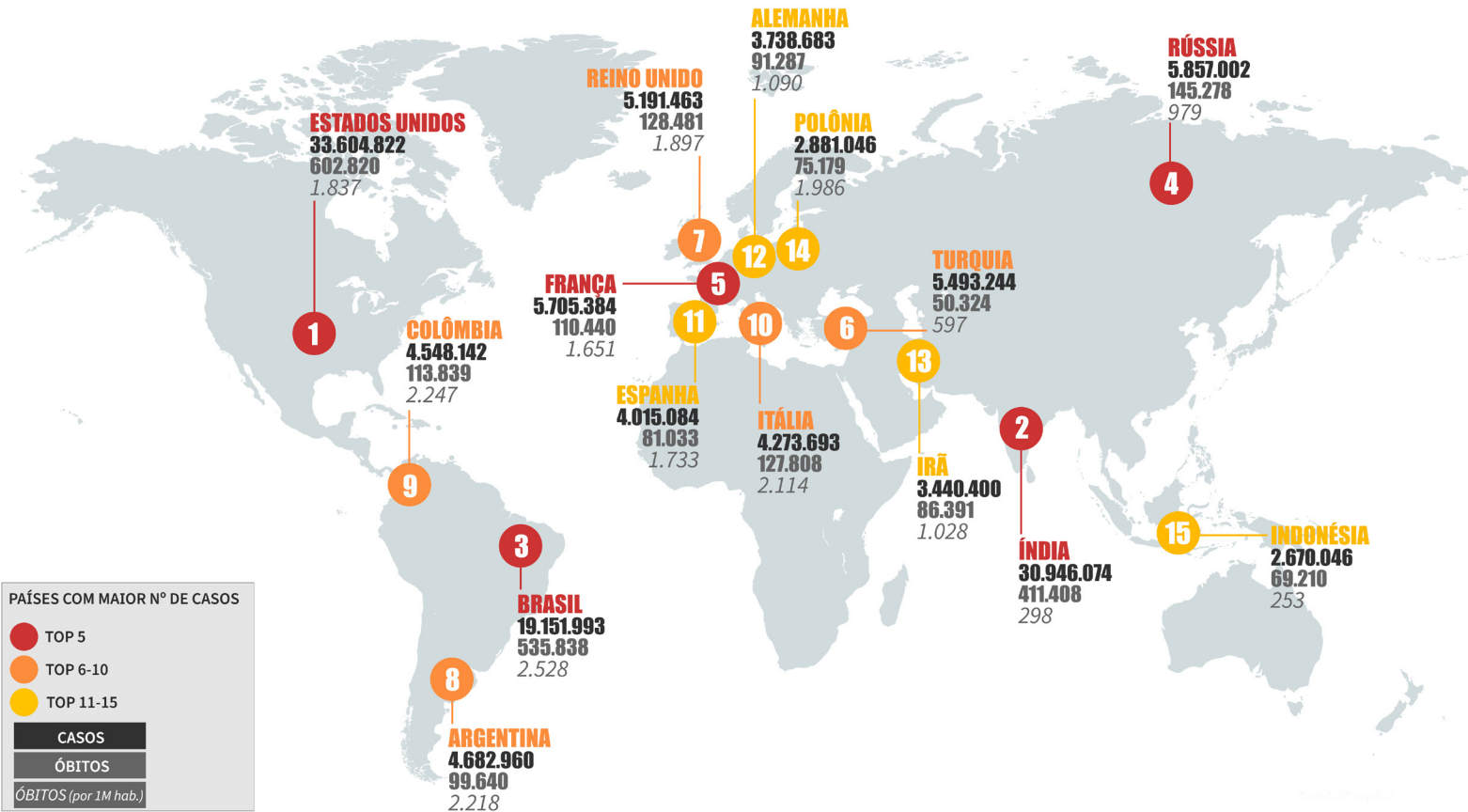
Desconsiderando a pandemia de COVID-19



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 15 de julho de 2021.



PAÍSES COM MAIOR N° DE CASOS

- TOP 5
- TOP 6-10
- TOP 11-15

CASOS

ÓBITOS

ÓBITOS (por 1M hab.)

ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

PANDEMIA DA COVID-19				
Vacinação pelo mundo				
Ranking dos países com mais doses aplicadas e colocação correspondente à população vacinada				
País	Doses aplicadas*		População vacinada (%)	Vacinas
	(milhões)	(por 100 pessoas)		
China**	1.414,6 (1°)	101	-	CanSino Sinopharm/Beijing Sinopharm/Wuhan Sinovac
Índia	391,3 (2°)	29	23 (83°)	Covaxin Oxford/AstraZeneca Sputnik V
Estados Unidos	335,4 (3°)	101	56 (31°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech
Brasil	118,8 (4°)	56	46 (45°)	Johnson&Johnson Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech Sinovac
Alemanha	84,2 (5°)	101	59 (24°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca
Reino Unido	81,1 (6°)	121	69 (8°)	Moderna Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech
Japão	65,1 (7°)	52	32 (59°)	Moderna Pfizer/BioNTech
França	61,1 (8°)	91	54 (32°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca
Turquia	60,8 (9°)	73	46 (40°)	Pfizer/BioNTech Sinovac
Itália	59,3 (10°)	98	60 (23°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca

*É contado como uma dose única e pode não ser igual ao número total de pessoas vacinadas, dependendo do regime de dose específico (por exemplo, as pessoas recebem doses múltiplas).

**O país não forneceu dados sobre o número de pessoas que foram parcialmente ou totalmente vacinadas.

Fontes: Organização Mundial da Saúde; The New York Times

A postura equatoriana diante da pesca ilegal

Carlos Silva Júnior

A frota de barcos pesqueiros envolvidos em pesca ilegal chegou mais uma vez às Ilhas Galápagos. O sistema de monitoramento da Marinha equatoriana identificou que 295 embarcações já tangenciam os limites da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do arquipélago, rico em biodiversidade. No mesmo período de 2020, foram identificados mais de 300 barcos. Dessa forma, analisa-se como o Equador tem respondido a este problema recorrente.

Foram identificados pela *Dirección Regional de los Espacios Acuáticos y Guardacostas Insular (DIRGIN)*, cerca de 281 barcos que são de bandeira chinesa, seis panamenhos, dois não identificados e seis de diferentes bandeiras. Assim, a Marinha equatoriana mobilizou pelo menos duas corvetas classe *Esmeralda*, com duas embarcações de apoio (uma lancha classe *Quito*), e helicópteros *Bell-230*. É razoável esperar que as embarcações pesqueiras permaneçam na região pelo menos até meados de setembro, seguindo o ciclo de pesca ilegal nas águas sul-americanas, que desce cercando as ZEEs peruana e chilena e avançando para a Argentina ([Boletim 128](#)).

Em 2020, o diálogo entre China e Equador sobre o tema ([Boletim 122](#)) resultou em algumas decisões, especialmente, a tolerância zero chinesa à pesca ilegal, mas que não se mostra efetiva. Se, no âmbito bilateral, as soluções parecem incipientes, no âmbito da cooperação

regional e internacional, o país sul-americano parece ter melhores perspectivas, destacando-se: (i) as discussões para a participação efetiva no corredor marinho que ligará Equador, Colômbia, Costa Rica e Panamá, com a ampliação da Área de Proteção Marinha das Ilhas Galápagos; (ii) o apoio canadense, a partir do programa *Dark Vessel Detection*, no monitoramento das embarcações estrangeiras a partir do compartilhamento de dados e análises satelitais; e (iii) as negociações na Organização Mundial do Comércio para o fim dos subsídios para pesca, que acabam promovendo a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada. O texto preparatório para essa discussão desconsidera essa proibição para países em desenvolvimento, o que incluiria a China, detentora da maior frota pesqueira de águas profundas do mundo.

Observa-se o esforço e a preocupação equatoriana quanto à proteção do seu espaço marinho, tanto pelo estoque pesqueiro quanto pelos prejuízos que podem acarretar à biodiversidade local. Contudo, mesmo considerando a recorrência do problema e o transbordamento dele de uma costa a outra, nota-se ainda a ausência de uma cooperação regional sul-americana para governança e proteção do espaço marítimo o qual, ainda que compreensivamente dividido, é único para todos.



A vacina contra a COVID-19, *Sputnik V*, tem sido usada pela Rússia como instrumento de influência na América do Sul. Segundo o jornalista argentino Jorge Latana, o Kremlin teria interesse na construção de usinas nucleares em território argentino e estaria apostando na comercialização da vacina para estreitar relações bilaterais, e assim, viabilizar tais projetos. Qual seria o interesse russo em usinas na região e qual vantagem a Argentina poderia obter disso?

A ideia da construção de uma usina nuclear pela Rússia em território argentino não é recente. Acordos de cooperação nuclear entre os países foram firmados em 2008 e 2015, mas nenhum projeto de construção de usinas progrediu. No entanto, o contexto fragilizado da Argentina devido à pandemia, com dificuldade na compra de vacinas, foi percebido pelo governo russo como uma oportunidade. Como o próprio embaixador russo em Buenos Aires confirmou, juntamente à negociação das vacinas, foram feitas propostas de construção de uma usina nuclear de grande ou médio porte.

As propostas incluem a construção, propriedade e operação inteiramente pela *Rosatom*, empresa estatal russa de energia nuclear. No entanto, de acordo com as propostas iniciais, a Argentina não teria autonomia para controlar as usinas ou possibilidade de contribuir com

questões estratégicas relacionadas à capacidade técnica, humana e tecnológica do empreendimento. Fatores que trazem resistência à aceitação do projeto por parte do governo argentino. A atuação internacional da *Rosatom*, além de ser um mecanismo de incentivo à exportação de bens e serviços de alto valor agregado, levaria a Argentina para a esfera de influência direta da Rússia. Neste sentido, Moscou teria ingerência, por exemplo, nas decisões relacionadas ao fornecimento de energia a determinadas regiões, algo que pode ser visto como uma ameaça à soberania nacional para Buenos Aires.

Por outro lado, a expansão da capacidade nuclear seria interessante para a Argentina diversificar sua matriz energética. Hoje, o país depende em grande escala de combustíveis fósseis, com destaque ao gás natural, que exige investimentos desde a prospecção por novas reservas até a ampliação da malha de distribuição, além de emitir grandes quantidades de CO₂. A instalação de usinas nucleares poderia reduzir a dependência dos hidrocarbonetos e, assim, preparar melhor o país para enfrentar crises energéticas. Resta saber se a geopolítica da vacina, que já trouxe avanços para os interesses russos, terá impulso suficiente para convencer os argentinos de que a proposta nuclear se trata de uma boa oportunidade.

DOI 10.21544/2446-7014.n143.p06.

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Os benefícios e riscos dos novos limites para embarcações no Canal do Panamá

Victor Cabral

O Canal do Panamá é, atualmente, o segundo canal mais importante para o comércio marítimo internacional, podendo conquistar mais importância ao expandir o limite de embarcações que podem transitar nele. Em junho de 2021, a Autoridade do Canal aumentou para 370,33 metros o comprimento máximo geral das embarcações permitidas e o calado para 15,24 metros, permitindo que 97% da frota mundial de navios de contêineres passem por ele. Apesar de positivo para o comércio internacional, cabe questionar os riscos de tal alteração, em decorrência da infraestrutura vigente e dos desdobramentos para as mudanças climáticas.

O recente aumento de pouco mais de 3 metros do comprimento permitido e de apenas 27 centímetros de calado pode parecer pouco, mas expande as possibilidades de navegação pelo Canal. A medida deu-se após testes de capacidade desde 2019 e pretende dar maior segurança para embarcações pesadas ao fazerem uso das eclusas, bem como mais flexibilidade às transportadoras que se utilizam da conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

No entanto, a mudança não agrada aos comandantes dos rebocadores locais, que possuem pouco espaço de manobra nas eclusas. Os profissionais temem que o Canal (que já apresentou rachaduras nas eclusas e falhas no abastecimento de água) não seja capaz de manter o funcionamento com os novos padrões.

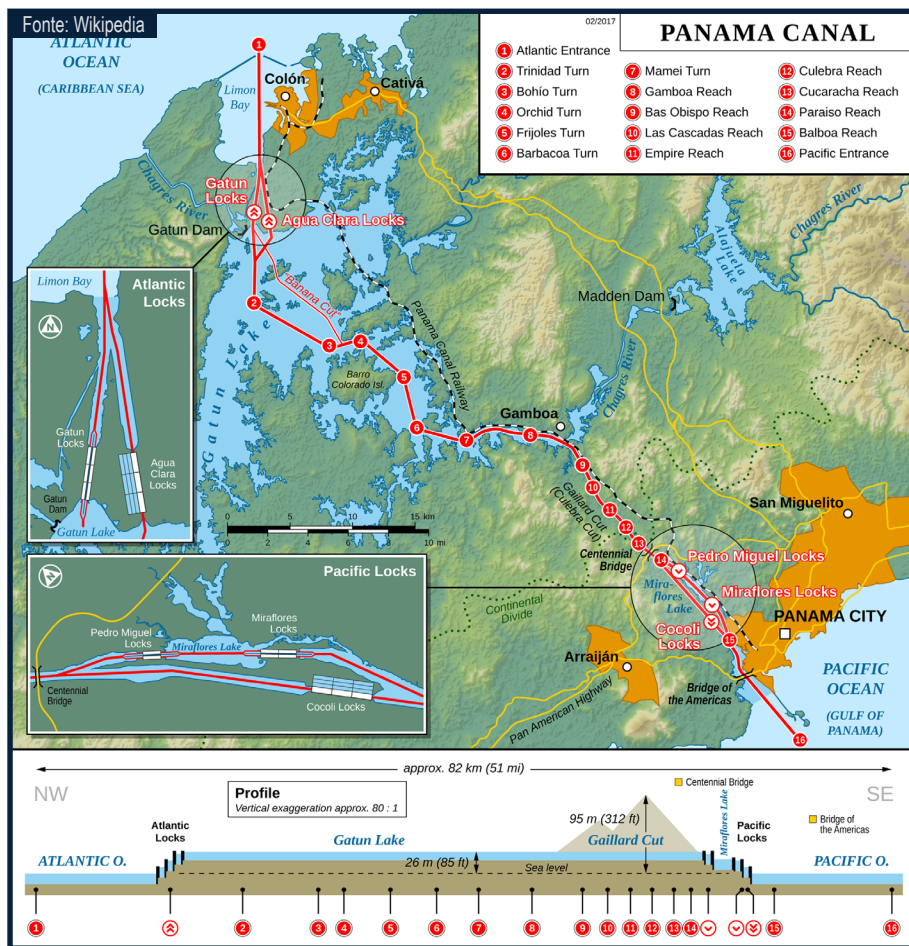
O Canal, inaugurado em 1914, passou por uma expansão em 2016, liderada pela empresa espanhola *Sacyr Vallehermoso*. A expansão esteve envolta de suspeitas de corrupção e questionamentos sobre a qualidade das obras, tendo em vista que o orçamento espanhol era US\$ 1 bilhão inferior ao de seus concorrentes e não havia concreto suficiente no planejamento para uma considerável expansão das eclusas.

No que diz respeito aos impactos climáticos, não foi considerado pelos construtores uma nova fonte de abastecimento de água. O Canal faz uso do Lago Gatun, que também abastece a capital panamenha. Em épocas de seca, o trânsito é dificultado pelas baixas >>>

médias de profundidade de água no lago, obrigando o desabastecimento das embarcações para que fiquem leves o suficiente para a passagem sem baterem no fundo do Canal ou encalharem ([Boletim 103](#)).

O posicionamento à demanda comercial é válido, entretanto, parece não considerar a possibilidade de impacto em médio e longo prazo das mudanças

climáticas no Panamá, que podem agravar as secas e o desabastecimento, colocando em risco a operação do Canal e a segurança hídrica dos nacionais. A baixa precipitação e possível gestão inadequada do Lago Gatun podem incorrer na falta de água nas eclusas, gerando possíveis encalhamentos, pondo em risco o comércio marítimo internacional.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p06-07.

O assassinato de Jovenel Moïse e seus desdobramentos para o continente americano

Rafael Esteves

Em 2021, o Haiti deparou-se com o clímax de sua constante crise estrutural, que culminou no assassinato de seu presidente Jovenel Moïse, em 07 de julho. O Estado caribenho é o mais pobre das Américas, com PIB de US\$ 13,4 bilhões e mais de 11,4 milhões de habitantes, segundo o Banco Mundial, em 2020. A crise estrutural no país é histórica, devido a um processo de independência problemático, golpes de Estado, intervenções estrangeiras mal sucedidas e desastres ambientais que fragilizaram a população e impulsionam migrações forçadas. Diante disso, quais os desdobramentos do assassinato de Moïse para a conjuntura regional americana?

Eleito com 600 mil votos em 2016, Moïse teve um mandato consideravelmente conturbado, pois era impopular e acusado de autoritarismo pela oposição. Seu governo reprimia violentamente as manifestações sociais deflagradas pela crise econômica, ampliação da parte

da população abaixo da linha de pobreza e insegurança pública ([Boletim 133](#)). Sendo assim, do ponto de vista doméstico, o assassinato de Moïse eleva a instabilidade no Haiti, devido à disputa pela sucessão do poder e pelo aumento da violência promovida pela ascensão de grupos paramilitares, frente às reduzidas forças de segurança (um efetivo de aproximadamente 16.000 policiais, em 2020).

Nesse escopo, já no nível regional, a instabilidade política haitiana poderá desencadear novas crises migratórias afetando, principalmente, a região do Caribe e impactando a situação socioeconômica dos principais países de seu entorno geográfico. Destaca-se a República Dominicana, que divide a ilha de São Domingos com o Haiti, facilitando o deslocamento dos haitianos ao seu território. Em 2019, o país recebeu 491 mil dos 1.586 milhão de migrantes. Além disso, a República Dominicana é a mais afetada economicamente, tendo um »

grande intercâmbio comercial com o Haiti, estimado em US\$ 1,2 bilhão ao ano.

A instabilidade do Haiti afeta também os cálculos estratégicos dos Estados Unidos no que diz respeito ao movimento migratório rumo ao norte; na relação com os seus parceiros caribenhos; e na segurança regional do Caribe e América Central, espaços de histórica influência e projeção de poder estadunidense. De outro modo, o assassinato de Moïse pode também significar uma

oportunidade para os chineses aumentarem sua influência e afastar o país de Taiwan, atualmente reconhecido como nação soberana pelo Haiti.

Dessa forma, considera-se que o magnicídio poderá elevar a instabilidade no país e afetar toda a região do Caribe e da América Central. Nota-se que a questão poderá ser incluída na disputa de poder entre Washington e Pequim.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p07-08.

ÁFRICA SUBSAARIANA

Eleições na Etiópia e as tendências da política externa da gestão de Abiy Ahmed

Franco Alencastro

Realizadas em 21 de junho de 2021, as eleições da Etiópia podem consolidar o governo de Abiy Ahmed no poder, enfraquecendo seus adversários — a Frente Popular de Libertação do Tigray (FPLT) e a Frente de Libertação Oromo (FLO). Resultados parciais nas regiões de Ormia, Sidama e Amhara indicam vitória do governo em 49 das 53 cadeiras disputadas.

Favorito na eleição, o Partido da Prosperidade, criado por Ahmed em 2019, é o sucessor da coalizão governista Frente Revolucionária Popular Democrática Etíope (FRPDE), que governou o país por 27 anos. Na ocasião, apenas a FPLT — partido que liderava a antiga coalizão FRPDE — não aderiu ao novo arranjo. A tensão entre Ahmed e a FPLT só aumentou após isso, culminando na Guerra do Tigray, que assola a região desde novembro de 2020.

Apesar da Guerra do Tigray e da marginalização política do FPLT serem os principais fatores novos nessa eleição, ainda há outro elemento importante: a perseguição política aos Oromo. O governo reprimiu com força os protestos de 2020 em Oromia, região tradicionalmente desfavorecida na política etíope. A FLO e o Congresso Federalista Oromo, dois dos principais partidos da região, decidiram boicotar a eleição em março após a prisão de seus líderes. Apesar do próprio Abiy Ahmed ser da etnia Oromo, o aumento da repressão se explica como tática para impedir o surgimento de outra liderança que poderia desafiar sua autoridade entre esse grupo, que é o mais populoso da Etiópia.

A consolidação de Ahmed na liderança da Etiópia, após um período desafiador, pode representar uma guinada na área externa para o país. Tão logo ocorreu >>>

a sua ascensão, Abiy Ahmed buscou diversificar as parcerias internacionais da Etiópia, que havia construído, nos quinze anos anteriores, com a relação estreita com a China. O modelo econômico etíope, baseado em consideráveis investimentos estatais em infraestrutura e no financiamento externo chinês, enfrentava sinais de esgotamento. Ahmed, em resposta, buscou liberalizar a economia e atrair o apoio do Ocidente e de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, que emprestou US\$ 9 bilhões ao país em 2019. A guerra

afugentou, entretanto, estes investimentos.

No final de maio, os EUA também mudaram seu discurso, estabelecendo sanções contra autoridades etíopes, pelo que autoridades estadunidenses chamaram de “falta de comprometimento em encerrar o conflito”. O resultado destas medidas, em um cenário de continuidade do governo Ahmed, pode significar uma correção de rumo da Etiópia, que voltará a se aproximar de Pequim, afastando-se paulatinamente de Washington.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p08-09.

EUROPA

Acordo Itália-Líbia financia Guarda Costeira no Mediterrâneo Central

Melissa Rossi

O Mediterrâneo Central continua sendo palco de violações do Direito do Mar, em uma realidade complexa em que os requerentes de asilo arriscam travessias perigosas partindo da Líbia para países seguros como a Itália. No dia 30 de junho, a organização não-governamental alemã *Sea Watch* filmou uma embarcação com dezenas de migrantes sendo atacada a tiros pela Guarda Costeira da Líbia a somente 45 milhas da ilha italiana de Lampedusa. Vários eventos parecidos já foram registrados no passado. Desde 2017, um memorando bilateral entre a Itália e a Líbia delega ao país norte-africano a responsabilidade de administrar os fluxos migratórios no Mediterrâneo Central, por meio de ajuda financeira e treinamento de sua Guarda Costeira. Contudo, é possível afirmar que o acordo em questão

respeita o Direito do Mar e dos refugiados?

O endurecimento no acesso às fronteiras dos países europeus segue norteando a política externa da União Europeia (UE), o que inclui delegar a países terceiros a responsabilidade de administrar fluxos migratórios direcionados ao bloco, situação que vem se fortalecendo em suas fronteiras marítimas desde 2015. No caso da Itália, o país já doou US\$ 32,6 milhões para a Guarda Costeira da Líbia para este fim. Todavia, fica evidente que as recorrentes ações violentas do país norte-africano violam o direito internacional, colocando em risco a vida de pessoas à deriva. Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), 766 pessoas já morreram afogadas no Mediterrâneo Central este ano, comparadas a 262 mortes no mesmo período em >>>

2020. Isto pode ser um indicador de que mais pessoas estão arriscando a travessia e que há menos resgates e mais ações violentas contra os imigrantes que tentam atravessar o mar. É preciso lembrar que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar estabelece o dever de assistir embarcações à deriva (art. 98), enquanto a Convenção de Genebra de 1951 proíbe a devolução (*non-refoulement*) de potenciais refugiados (art. 33).

Já condenada em 2012 pela Corte Europeia de Direitos Humanos em Estrasburgo pelo apoio a retornos forçados de migrantes para a Líbia, a Itália continua insistindo numa rota perigosa. Agora, o país não é mais responsável diretamente por refutar resgates no mar (os chamados *push-backs*), porém financia países terceiros para estes fins, podendo sofrer novas sanções pelas suas políticas migratórias.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p09-10.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Acordo Nuclear com o Irã, novas oportunidades?

Isadora Bohrer e Marina Corrêa

As tensões entre Irã e países ocidentais se intensificaram com a saída dos Estados Unidos do acordo nuclear em 2018. Porém, no início de 2021, foi retomada a comissão sobre o acordo nuclear, que busca trazer os atores envolvidos à mesa para rediscuti-lo. No entanto, com as tensões entre EUA e Irã (como a morte do general Qasem Soleimani, pelos Estados Unidos no início do ano passado), será possível retomar o Acordo, buscando mitigar a possibilidade de uma proliferação nuclear?

Vale lembrar que, em 2015, o Irã assinou o *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA) junto ao P5+1 e a União Europeia, que consistia na responsabilidade do Irã desmantelar seus projetos nucleares, abrir mão do enriquecimento de urânio e reduzir suas infraestruturas relacionadas aos processos nucleares. Porém, após a

saída dos EUA, acredita-se que o Irã tenha retomado seus projetos nucleares, o que preocupou nações envolvidas. A saída unilateral dos estadunidenses ocorreu junto com a imposição de sanções, que fizeram empresas europeias deixarem o país e que bloquearam as vendas de petróleo iranianas, impactando fortemente sua economia.

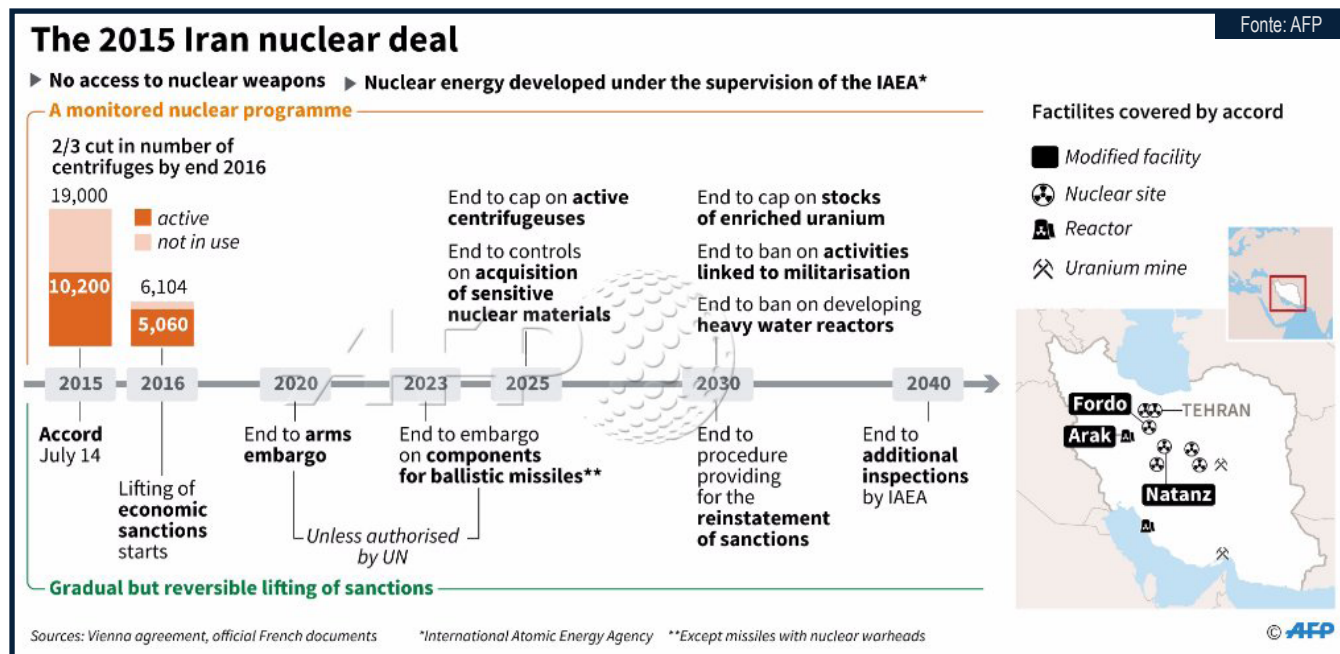
Após quatro anos, as demais potências signatárias do Acordo visam à volta dos EUA e o engajamento do Irã para cumpri-lo. Durante uma videoconferência entre Emmanuel Macron, Angela Merkel e Xi Jinping, foi apontado uma "janela de oportunidade" para que as negociações de Viena sejam retomadas, dada a escalada da instabilidade regional ([Boletim 138](#)) que faz com que o Oriente Médio seja um "barril de pólvora", prestes a explodir.

Porém, as recentes eleições iranianas garantiram »

a presidência ao chefe de justiça, Ebrahim Raisi, pertencente à ala de conservadores islâmicos e contrário ao Acordo. Desde sua eleição, Raisi enfatiza que não cederá à “pressão do Ocidente”, nem às suas imposições sancionatórias. Do lado norte-americano, Joe Biden argumenta que o respeito aos direitos humanos é fulcral para avançar em negociações estrangeiras, mas o mesmo preceito não parece ser aplicado com nenhum outro país do Oriente Médio, haja vista a aproximação com Israel.

Portanto, é pouco provável que o novo acordo

nuclear seja anunciado antes da posse de Raisi, em agosto. Aos líderes iranianos, parece faltar uma efetiva vontade de abrir mão da possibilidade de possuir um artefato nuclear, sem dúvida um grande elemento de poder. Aos norte-americanos, a relativa redução do interesse nos temas do Oriente Médio e a parceria de Israel para lidar com as tensões com o Irã parecem servir por enquanto. Dessa maneira, é possível afirmar que o Irã não pretende colaborar e que os EUA não facilitarão o caminho das negociações.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p10-11.

Geopolítica turca: O Canal de Istambul

Dominique Marques

A posição geográfica da Turquia compreende um dos pontos focais mais movimentados do mundo: o Estreito de Bósforo. Cerca de 40.000 navios passam anualmente por ali, aproximadamente três vezes mais que o Canal de Suez. Porém, até então, a Turquia não pode se beneficiar economicamente de sua localização estratégica, por exemplo, cobrando impostos sobre tráfego. Nesse sentido, em março deste ano, a Turquia anunciou a aprovação da construção do Canal de Istambul. Quais os possíveis desdobramentos dessa medida?

É importante ressaltar o potencial desse novo Canal à luz do que hoje significa o Estreito de Bósforo. Atualmente é por meio deste que os países com litoral no Mar Negro conseguem chegar ao Mediterrâneo. O mais importante deles, em termos geopolíticos, é a Rússia que, embora com grandes capacidades militares, é restrita em seu acesso a portos de águas quentes. Vale pontuar que a Turquia fez parte do primeiro alargamento da OTAN em 1952, justamente com o objetivo de controlar a expansão russa. Contudo, há restrições impostas pelo Tratado de Montreux (1936), que limitam a passagem de navios de

guerra, que acarretam limitações à Rússia em utilizar o Estreito para realizar operações que afrontem seus vizinhos.

Diante das questões geopolíticas envolvendo o estreito de Bósforo, o Canal de Istambul parece uma aposta estratégica importante. Embora custe US\$ 15 bilhões, estima contar com um fluxo mercante de cerca 160 navios/dia e estimativa de US\$ 8 bilhões de receita por ano, recuperando rapidamente os gastos com sua construção. A iniciativa, no entanto, tem recebido diversas críticas por seus impactos ambientais e sociais, como a potencial alteração no nível de salinidade das águas e o deslocamento forçado de pessoas. Discute-se também o quanto o novo Canal, de fato, contribuiria para a estabilidade e segurança regionais, caso respeite os mesmos acordos que incidem sobre Bósforo e que limitam a passagem de navios de guerra para dentro do Mar Negro.

Para além dos elementos geopolíticos envolvidos na abertura do canal, no âmbito doméstico, do ponto de vista socioeconômico, Istambul pode crescer, por meio dos impostos e dos empregos gerados, e colaborar para »

uma retomada na economia turca, que sofre sanções dos EUA e da União Europeia.

Reforça-se que as atitudes do presidente turco muitas vezes são vistas como tentativa de retomar o papel

da Turquia como potência regional, conhecido como “neo-otomanismo”. Desse modo, é possível afirmar que Erdogan está tornando a Turquia um ator importante na geopolítica do Mediterrâneo.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p11-12.

RÚSSIA & EX-URSS

O Poder Naval como instrumento diplomático ucraniano no Mar Negro

Luiza Guitarrari

A região do Mar Negro é uma região geográfica em que se evidenciam o expansionismo russo e o contencioso militar da OTAN. Desta forma, as disputas atuais acerca dos direitos de Estados costeiros, a presença rotativa de membros da OTAN e o tráfego marítimo ganham destaque. Nesse escopo, a Ucrânia, país com 34º maior gasto militar em 2020, segundo dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), ambiciona o desenvolvimento de seu poder marítimo a partir de uma diplomacia coercitiva capaz de manter o equilíbrio de poder na região. Assim, em 04 de julho — dia da Marinha da Ucrânia — o presidente Volodymyr Zelensky ressaltou a importância da cooperação multilateral no domínio da segurança marítima e o subsequente aprimoramento de capacidades navais. Como podemos verificar as práticas decorrentes de discursos como esse?

O exercício multilateral *Sea Breeze*, co-organizado pela Ucrânia e Estados Unidos (EUA), que acontece na região do Mar Negro desde 1997, pode ser um exemplo. Gradualmente, este exercício torna-se um importante evento anual para treinar a interoperabilidade

das Marinhas dos países membros da OTAN e seus respectivos parceiros. De acordo com comunicado da 6ª Esquadra dos Estados Unidos, o *Sea Breeze 2021* (SB21) centrou-se em várias áreas, como guerra anfíbia, operações de interdição marítima, guerra anti-submarina, etc. Neste ano, o SB21 obteve o maior número de países participantes de sua história: durante 13 dias, o exercício contou com 32 países de diversas regiões do globo, 5.000 militares, 32 navios e 40 aeronaves.

O exercício teve início poucos dias após a assinatura do Memorando de implementação entre a Ucrânia e o Reino Unido, na base naval ucraniana de Odessa. O memorando inclui o aprimoramento das capacidades das bases navais existentes, modernização dos estaleiros ucranianos e aquisição de navios de varredura de minas da classe *Sandowns*. Como parte do Programa de Aprimoramento das Capacidades Navais da Ucrânia (UNCEP, sigla em inglês), no dia 21 de junho, a bordo do contratorpedeiro HMS *Defender* foi celebrado o acordo tripartite entre o Ministério da Defesa da Ucrânia, do Reino Unido e Indústria de Defesa, nomeadamente a empresa inglesa *Babcock International*. >>>

Desse modo, o investimento no poder naval ucraniano, ancorado em operações conjuntas como o SB21, fomentam a diplomacia coercitiva que Kiev vem buscando adotar na região, demonstrando na prática a

postura diplomática propugnada pela Ucrânia. Além disso, a presença das Marinhas dos países membros da OTAN gradualmente tornam o Mar Negro uma zona de impasse para expansão militar russa.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p12-13.

LESTE ASIÁTICO

A agenda nuclear chinesa e seus desdobramentos para a política internacional

Philippe Alexandre

A busca pelo equilíbrio de poder influencia o desenvolvimento de tecnologia por parte dos Estados para garantir a sua defesa e dissuasão, de modo que o armamento nuclear evidencia o ápice dos riscos envolvidos nessa dinâmica. Atualmente, nove países detêm a capacidade de uso bélico do dispositivo e sua proliferação tem preocupado a comunidade internacional. Desse modo, levando em consideração sua ascensão na geopolítica global, é importante analisar como essa questão tem sido abordada na China.

Desde os anos 1990, o país tem mantido um crescimento econômico contínuo e consolidado. No entanto, as ações em prol da sua defesa, integridade territorial e sobrevivência do regime remetem ao período anterior, de Mao Tse-tung. A estratégia de Mao era garantir a autossuficiência do país e contestar a ordem bipolar vigente: o modelo capitalista dos Estados Unidos e o soviético. Para tal fim, o governo chinês alcançou capacidade nuclear em 1964. Em 1966, o país já detinha

uma bomba de fissão capaz de ser colocada em um míssil; em 1967, houve o teste de uma bomba de hidrogênio.

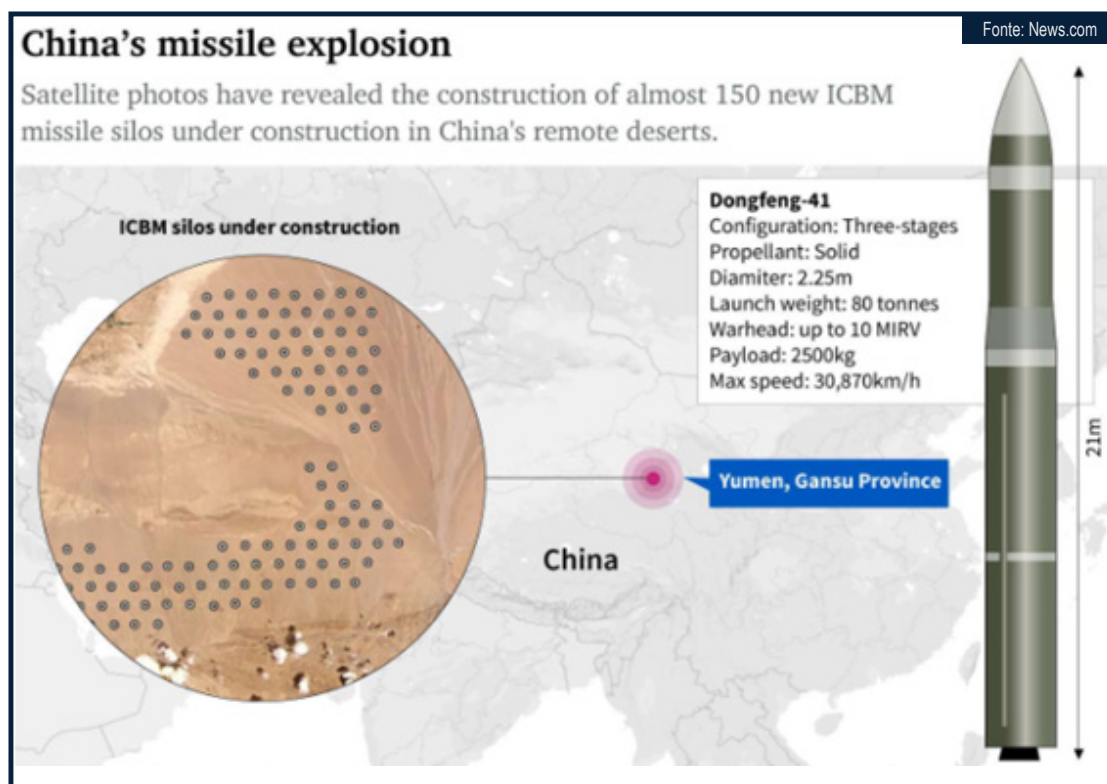
Posteriormente, sob a lógica de integrar-se à ordem internacional, em 1992, a China aderiu ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear e defendeu uma política de “não primeiro uso”. No entanto, o quadro global mudou desde então. Atualmente o governo chinês enxerga um sistema internacional mais ameaçador para o seu desenvolvimento nacional, numa competição evidente com os EUA e com outras potências.

Nessa conjuntura, imagens de satélites de junho de 2021 mostraram que a China está construindo pelo menos 119 silos de mísseis no deserto próximo a Yumen, província de Gansu. Espalhado por mais de 700 quilômetros quadrados, o local inclui a construção de trincheiras de cabos, estradas, uma pequena base militar e *bunkers* subterrâneos, que podem funcionar como centros de lançamento. Segundo o especialista norte-americano >>>

Jeffrey Lewis, a China estaria expandindo as suas forças nucleares em parte para manter a dissuasão, pois poderia sobreviver a um primeiro ataque dos EUA com número suficiente de ogivas para derrotar as defesas antimísseis estadunidenses. Acredita-se que a China tenha cerca de 350 dispositivos nucleares, 30 a mais do que em 2020, de

acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute*.

Portanto, conforme o cenário torna-se mais desafiador, o governo chinês busca ampliar suas capacidades nucleares, num contexto de modernização e ampliação do escopo de atuação das forças armadas do país.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p13-14.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Pequim se mantém firme no Mar do Sul da China

Matheus Bruno Pereira

Arbitragem em 2016 que negou a reivindicação da linha de nove traços chinesa não mudou o comportamento de Pequim no Mar do Sul da China (MSC). Na verdade, as ações escalonaram ao longo desses anos: ilhas artificiais com instalações militares, expansão da milícia marítima, ação da guarda costeira e marinhas chinesas. Cinco anos depois, como se encontra o equilíbrio de poder na região?

É nítida a velocidade das incursões, que podem ter ganhado força justamente a partir do estabelecimento de áreas de apoio nas Ilhas Spratly. O ano de 2021 já conta com diversos episódios, como os 16 aviões que sobrevoaram próximo ao espaço aéreo malaio em maio. Em 04 de junho, a Guarda Costeira chinesa acompanhou embarcações da Malásia em área com poços de gás natural.

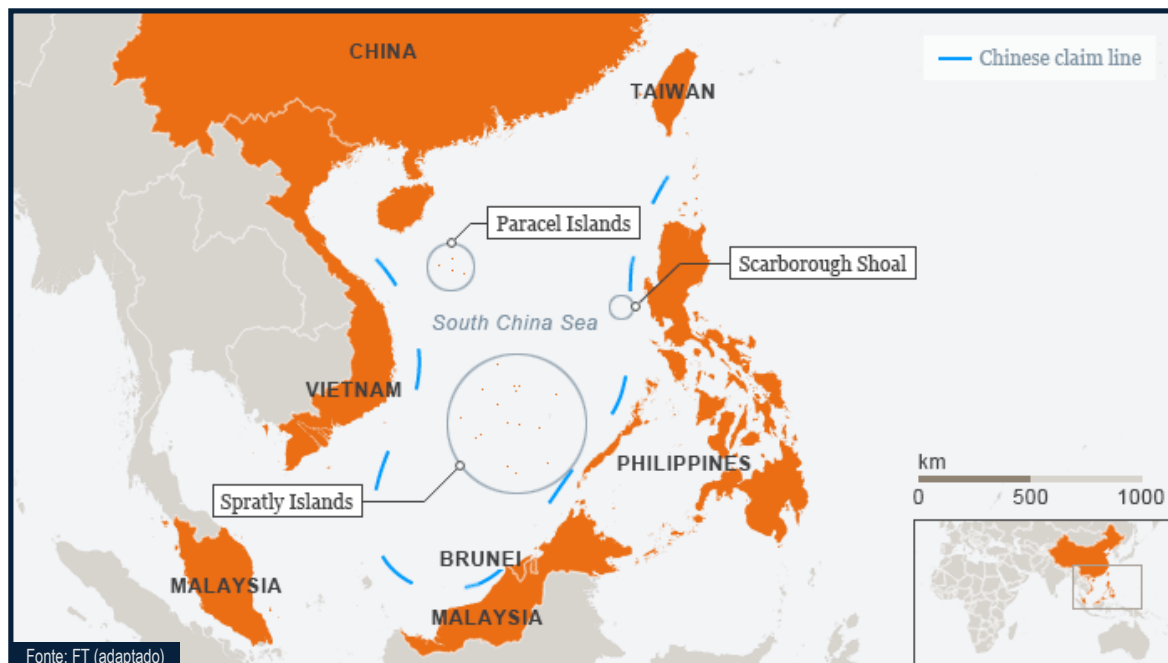
No dia 07 de junho, o ministro de Relações Exteriores chinês se reuniu às suas contrapartes da Associação de

Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), lançando uma declaração para promover segurança marítima e evitar ações que desestabilizem a região. Nada que já não tenha sido tentado nas declarações de 1992, 2002 e no atual Código de Conduta, paralisado. A China, por sua vez, se mostra colaborativa enquanto ganha tempo para sua expansão na região.

Ressalta-se que os países da ASEAN são incapazes de superar a China militarmente, embora venham buscando fortalecer seu poderio militar. Além disso, cada um dos países responde de maneira diferente à China: o Vietnã mantém pulso firme, com notas oficiais e até o destacamento de sua milícia marítima. Em contrapartida, o presidente das Filipinas diz ser inútil desafiar um vizinho de maior capacidade militar-naval. A Indonésia, sempre que confrontada nas Ilhas Natuna, segue as embarcações chinesas, em sinal de presença e reivindicação. »

Embora o formato da ASEAN *Political-Security Community* se baseie em processos de resolução pacíficos, é necessário compreender que o ideal de visão e objetivos comuns não ocorre fora da organização. Para a China, o melhor cenário possível é arrastar tais negociações enquanto cria raízes maiores no MSC. No fim, observa-se que Pequim utiliza a diplomacia como amortecimento: se mostra disponível para negociações sobre o problema,

enquanto mantém suas ações. Quando mais pressionada, apela para o argumento do direito histórico, o mesmo que foi desconsiderado pelo tribunal internacional em 2016. Em última instância, tem seus navios e aeronaves permanentemente distribuídos pelo MSC. A tendência é que a postura chinesa permaneça incólume na região a curto e médio prazo.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p14-15.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

A escalada de tensões militares no Ártico: o Exercício *Formidable Shield 21* da OTAN

Raphaella Costa

O aumento de forças militares no Ártico data desde a Guerra Fria, quando estadunidenses e soviéticos passaram a investir massivamente na segurança regional. Hoje, o que se tem é o aumento de exercícios da OTAN e da Esquadra do Norte da Rússia, a frota mais importante do país. Logo, no início do mês de junho de 2021, o Exercício *Formidable Shield 21* (FS21) da OTAN, destacado como o maior e mais complexo exercício de mísseis da Europa, se deslocou para o Norte da Noruega, ao mesmo tempo em que 20 navios de guerra russos se dirigiram a um exercício no Mar de Barents. Nesse escopo, analisa-se a segurança militar ártica no contexto geopolítico corrente.

O Exercício FS21, iniciado em 15 de maio de 2021, contou com 16 navios e 10 aeronaves de dez nações da OTAN que se direcionaram desde a Escócia à Andøya, Noruega, no Círculo Polar Ártico. Em águas árticas, a Marinha da Noruega destacou o treinamento realizado com a fragata KNM *Fridtjof Nansen* que, pela primeira vez, atingiu um alvo de treinamento com velocidade supersônica a partir do lançamento de um míssil

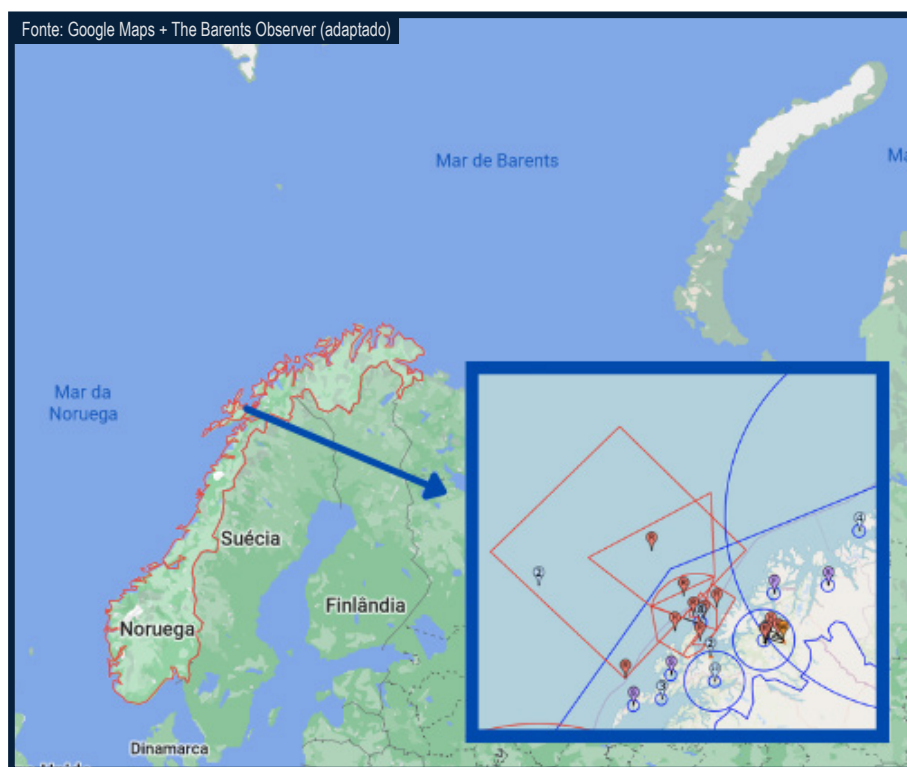
superfície-ar. Ressalta-se que os noruegueses firmaram, em recente acordo ([Boletim 141](#)), uma parceria com as Forças Armadas dos EUA também no Ártico devido, sobretudo, ao interesse do fortalecimento militar na região.

Em contrapartida, o Almirante Aleksandr Moiseyev, comandante da Esquadra do Norte da Rússia, já havia declarado como provocativo o aumento da presença da OTAN no Ártico, ameaçando a segurança regional. Assim, ainda que não tenha sido classificada como uma resposta direta ao Exercício FS21, mais de 20 navios de guerra, submarinos, aeronaves e helicópteros russos, em uma atividade conjunta, também avaliaram suas habilidades práticas de combate a disparos em defesa da costa ártica da Rússia no Mar de Barents.

Portanto, ainda que o aumento da militarização das nações seja claro, há esforços no ambiente diplomático para a manutenção do Ártico como uma região pacífica. A atualização do Acordo de Incidentes no Mar entre Noruega e Rússia, bem como o recente encontro em Genebra, Suíça, entre os presidentes Joe Biden e Vladimir

Putin, ressaltam a região como uma importante arena de cooperação internacional, estando estadunidenses e russos dispostos a trabalhar em conjunto em prol da segurança. Logo, é inegável que tensões militares são

progressivamente mais recorrentes na região, embora as nações articulem mecanismos de cooperação e segurança para além do Conselho do Ártico.



DOI 10.21544/2446-7014.n143.p15-16.

TEMAS ESPECIAIS

Disrupção ou Cripto Verão?

Maria Claudia Nunes

Em 10 de junho de 2021, El Salvador aprovou a Lei do Bitcoin, legalizando a criptomoeda paralelamente ao dólar, a moeda local. A reação da comunidade internacional à notícia foi variada entre otimismo e pessimismo, dividindo opiniões globais, entre favoráveis e desfavoráveis. Pouco mais de um mês depois da aprovação da lei, uma série de diferentes países anunciaram discussões entre: adoção, regulamentação, transformação para ativo ou banimento. Quais seriam as implicações de uma eventual preponderância do Bitcoin com relação ao dólar a longo prazo?

Quase todas as transações cambiais internacionais ocorrem em dólar, por meio do sistema interbancário SWIFT, o que permite a hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional, uma vez que controla a aplicação de sanções e os interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Bitcoin, com sua tecnologia descentralizada, se torna um grande competidor do dólar, pois permite que países que sofrem sanções contornem o sistema SWIFT, além de providenciarem uma proteção contra a influência da economia estadunidense sobre o valor do dólar. Isso se dá devido ao sistema descentralizado que não permite a manipulação da moeda fiduciária para politicamente

beneficiar o país da moeda reserva.

No entanto, o Bitcoin oferece riscos como uma moeda legal, que se estende para além de sua volatilidade. Não bastasse o possível comprometimento do empréstimo com o FMI, a adoção do Bitcoin como curso legal poderia introduzir problemas de convertibilidade devido à volatilidade do ativo, fazendo que mesmo com a tecnologia *Lightning Network*, a convertibilidade seja difícil de ser executada no ponto de transação. Mesmo com esses empecilhos, diversos países, aparentam ter incentivos para a adoção do Bitcoin como curso legal como vemos pelo modelo *stock-to-flow* (modelo matemático utilizado para estimar o valor de commodities como o ouro e prata) onde a previsão do valor do ativo chegue até US\$ 1 milhão até 2028.

Sendo assim, a adoção de criptomoedas pode trazer benefícios econômicos. Além disso, casos como o de El Salvador, cujo nível de reservas de dólares está em seu marco mais baixo em 25 anos, podem indicar alterações no sistema monetário internacional. No longo prazo, o dólar pode perder seu poder hegemônico e as instituições de Bretton Woods perderem sua influência global.

DOI 10.21544/2446-7014.n143.p16.

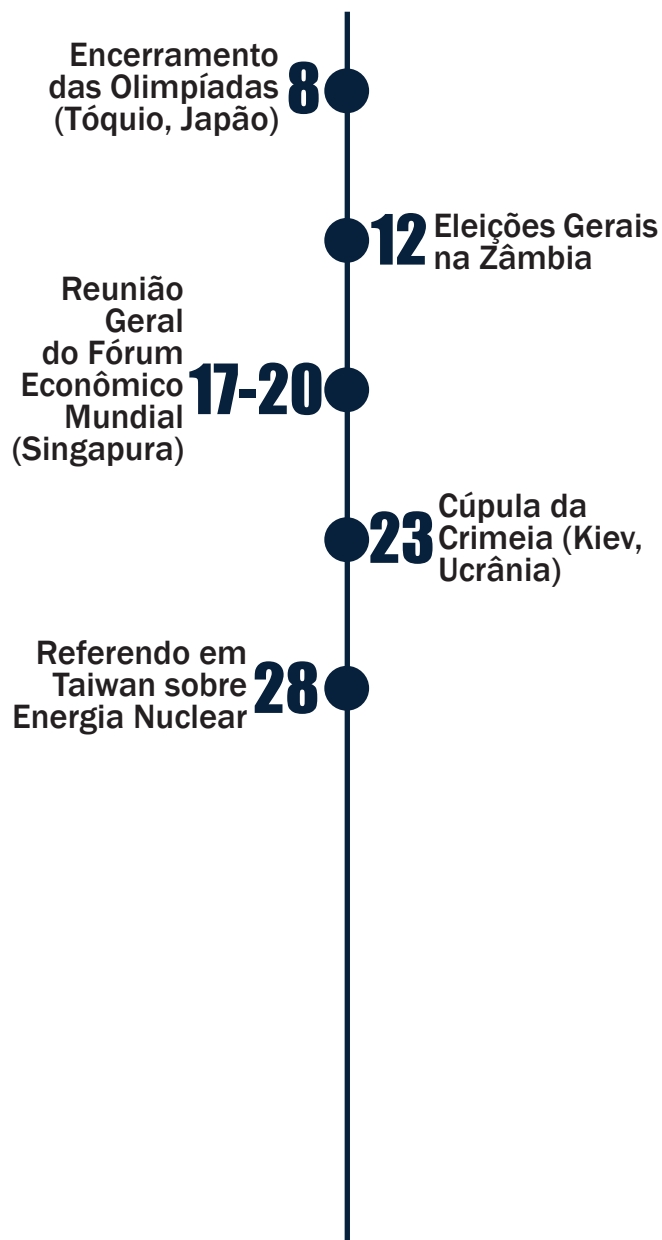
- ▶ [The EU's unsustainable China strategy](#)
CHATHAM HOUSE, Pepijn Bergsen
- ▶ [Cyber Capabilities and National Power: A Net Assessment](#)
IISS
- ▶ [Automation in nuclear weapon systems: lessons from the man who saved the world](#)
INTERNATIONAL AFFAIRS BLOG, Nina Miller
- ▶ <https://geopoliticalfutures.com/chinas-search-for-a-negotiated-settlement/>
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [Becoming Strong: The New Chinese Foreign Policy](#)
FOREIGN AFFAIRS, Yan Xuetong

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

JULHO



AGOSTO



REFERÊNCIAS

- **A postura equatoriana diante da pesca ilegal**
SAUMETH, Erich. [Ecuador despliega dos corbetas y helicópteros en Galápagos para prevenir la pesca ilegal](#). **InfoDefensa**, Madrid, 05 jul. 2021. Acesso em: 08 jul. 2021.
[Chair introduces revised fishing subsidies text to facilitate 15 July ministerial meeting](#). **World Trade Organization**, Genebra, 30 jun. 2021. Acesso em: 08 jul. 2021.
 - **Sputnik V e usinas nucleares: a geopolítica da vacina entre Rússia e Argentina**
[Rusia quiere instalar centrales nucleares en la Argentina a cambio de las vacunas](#). **Infobae**, Buenos Aires, 14 jun. 2021. Acesso em: 25 jun. 2021.
BAÑEZ, G. [Tras el acuerdo por las vacunas Sputnik V, Rusia redobla su plan para construir centrales nucleares en la Argentina](#). **Todo Noticias**, Buenos Aires, 13 jun. 2021. Acesso em: 24 jun. 2021.
 - **Os benefícios e riscos dos novos limites para embarcações no Canal do Panamá**
BOGDANICH, W.; WILLIAMS, J.; MÉNDEZ, A. [The New Panama Canal: A Risky Bet](#). **The New York Times**, Nova Iorque, 22 jun. 2016. Acesso em: 24 jun. 2021.
[Panama Canal increases vessel size limits](#). **Container News**, [s.l], 17 jun. 2021. Acesso em: 24 jun. 2021.
 - **O assassinato de Jovenel Moïse e seus desdobramentos para o continente americano**
GARCÍA, J. [Presidente do Haiti, Jovenel Moïse, é assassinado a tiros em sua casa em Porto Príncipe](#). **El País**, Cidade do México, 07 jul. 2021. Acesso em: 08 jul. 2021.
POLANCO, M. [Situación de Haití podría afectar un comercio de 1,200 millones dólares](#). **El Caribe**, Santo Domingo, 08 jul. 2021. Acesso em: 08 jul. 2021.
 - **Eleições na Etiópia e as tendências da política externa da gestão de Abiy Ahmed**
[US is right to impose sanctions on Ethiopia](#). **Financial Times**, Londres, 27 maio 2021. Acesso em: 26 jun. 2021.
PARAVICINI, G. [Ethiopia's economic reform drive splutters for foreign investors](#). **Reuters**, Londres, 15 jun. 2021. Acesso em: 26 jun. 2021.
 - **Acordo Itália-Líbia financia Guarda Costeira no Mediterrâneo Central**
GENTILI, C. [Libia: Guardia Costiera ripresa mentre spara a barcone di migranti](#). **Sicurezza Internazionale LUISS**, Roma, 02 jul. 2021. Acesso em: 07 jul. 2021.
[Migranti. Appello al Parlamento: basta denaro alla Libia per il blocco dei flussi](#). **Avvenire**, Milão, 03 jul. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
 - **Acordo Nuclear com o Irã, novas oportunidades?**
[What Is the Iran Nuclear Deal?](#). **Council On Foreign Relations**, Nova Iorque, 29 jun. 2021. Acesso em 09 jul. 2021.
SHUJA, A. [Up Next Emerging Implications of Raisi's Victory in Iran](#). **Modern Diplomacy**, Cidade de Cingapura, 05 jul. 2021. Acesso em 09 jul. 2021.
 - **Geopolítica turca: O Canal de Istambul**
ZAFAR, M. [Istanbul Canal: A geopolitical tinderbox in the making?](#). **Global Village Space**, Islamabad, 03 jul. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
A DALLOUL, M. [O Canal de Istambul é um projeto nacional da Turquia ou pessoal de Erdogan?](#). **Monitor do Oriente**, São Paulo, Acesso em: 09 jul. 2021.
 - **O Poder Naval como instrumento diplomático ucraniano no Mar Negro**
MALYARENKO, T.; KORMYCH, B. [Symbolism of Military Diplomacy: Growing Tensions between NATO and Russia in the Black Sea](#). **Wilson Center**, Washington, 28 jun. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
UCRÂNIA. **Presidência da Ucrânia**. [In Odesa, Volodymyr Zelenskyy took part in solemn events on the occasion of the Day of the Naval Forces](#), Kiev, 04 jul. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
 - **A agenda nuclear chinesa e seus desdobramentos para a política internacional**
WARRICK, J. [China is building more than 100 new missile silos in its western desert, analysts say](#). **The Washington Post**, Washington, 30 jun. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
SEIDEL, J. [Should US worry about China's new missile silos found in desert](#). **News.com**, Sydney, 03 jul. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
 - **Pequim se mantém firme no Mar do Sul da China**
JAIPRAGAS, B. [South China Sea: Chinese coastguard ships, warplanes engaged in 'parallel escalation' off Malaysia, US think tank says](#). **South China Morning Post**, Hong Kong, 08 jul. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
SAKAMOTO, S. [The Global South China Sea Issue](#). **The Diplomat**, Tóquio, 04 jul. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
 - **A escalada de tensões militares no Ártico: o Exercício Formidable Shield 21 da OTAN**
NILSEN, T. [NATO ships with missile defence drill off northern Norway](#). **The Barents Observer**, Kirkenes, 02 jun. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
DANILOV, P. [More than 20 Russian Warships and Submarines Conducting Barents Sea Exercise](#). **High North News**, Bodø, 09 jun. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.
 - **Disrupção ou Cripto Verão?**
ARSLANALP, S.; SIMPSON-BELL, C. [US Dollar Share of Global Foreign Exchange Reserves Drops to 25-Year Low](#). **IMFBlog**, Washington, 05 maio 2021. Acesso em: 17 jun. 2021.
WALSH, D. [Bitcoin: Which countries could follow El Salvador in making cryptocurrency legal tender?](#). **Euro News**, Lyons, 12 jun. 2021. Acesso em: 17 jun. 2021.
- Capa: [El primer pesquero industrial Chino Bandeira da China de nombre Shun Xing 18 se instala al sur de Galápagos](#).
Por: Milko Schwartzman.
- Os mapas iniciais (pág 03 e 04) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em

cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

► ALTO RISCO:

- AFEGANISTÃO — Insegurança regional: [Turkmenistan Sending Heavy Weaponry, Aircraft To Afghan Border Amid Deteriorating Security](#). **Afghan Online Press**, 11 jul 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
- ETIÓPIA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Rebels claim military gains in Ethiopia's restive Tigray region](#). **Al Jazeera**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
- HAITI — Crise estrutural: [Historia de un magnicidio: las horas finales del presidente de Haití](#). **El País**, 11 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [How the West is fuelling the war on Yemen?](#). **The Times**, 12 jul. 21. Acesso em: 12 jul. 2021
- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [EU to train Mozambique army against IS-linked jihadists](#). **Africa News**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
- MYANMAR — Golpe militar: [Myanmar coup latest: Telenor 'evaluating' presence in country](#). **Nikkei Asia**, 04 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
- VENEZUELA — Crise estrutural: [Maduro renovó las jefaturas de las Regiones Estratégicas de Defensa Integral](#). **El Nacional**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS — Crise política e tensões com o bloco europeu: [Lukashenko warns EU that Belarus won't stop migrant border surge](#). **Politico**, 06 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
- GOLFO DA GUINÉ — Insegurança marítima conjuntural: [IMDEC 2021 focuses on security at sea to ensure free trade in Gulf of Guinea](#). **DefenceWeb**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
- LÍBANO — Crise estrutural: [Lebanon implements ration card program as economic crisis worsens](#). **Al-Monitor**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
- MALI — Instabilidade política: [France to close three military bases in northern Mali by early 2022](#). **RFI**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.

- NÍGER — Aumento da atividade terrorista na região: [49 killed in Niger armed attack](#). **Africa News**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - NIGÉRIA — Ataques insurgentes: [Addressing the Boko Haram challenge in Nigeria](#). **SPG Global**, 11 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - SÍRIA — Instabilidade regional: [Security Scenarios for Syria in 2021-2022 \(An executive summary of a longer report\)](#). **Reliefweb**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - SOMÁLIA — Instabilidade eleitoral: [Somalia: Wrangles Emerge Over Somaliland Electoral Teams](#). **AllAfrica**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - UCRÂNIA — Tensões transfronteiriças entre Rússia e Ucrânia: [EU extends sanctions against Russia over Ukraine for 6 months](#). **Daily Sabah**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
- MONITORAMENTO:
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO — Conflito na região de Nagorno-Karabakh: [Azerbaijan steps up talk of peace deal with Armenia](#). **EurasiaNet**, 09 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - COLÔMBIA — Crise estrutural: [Colombia en el ojo de la comunidad internacional: ¿regresamos al pasado?](#). **El espectador**, 10 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - CUBA — Crise estrutural: [Cuba vive las mayores protestas contra el Gobierno desde la crisis de los años noventa](#). **El País**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - EL SALVADOR — Crise política: [Bukele expulsa de El Salvador al periodista mexicano Daniel Lizárraga, editor del medio digital El Faro](#). **El País**, 08 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - LÍBIA — Em cessar-fogo: [Libya detention centre blast exposes dangerous conditions for refugees](#). **Middle East Eye**, 08 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN — Avanço chinês sobre as regiões: [China military ‘drove away’ US warship in South China Sea](#). **Al Jazeera**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - MEDITERRÂNEO ORIENTAL — Tensões entre Grécia e Turquia e ocupação do Chipre: [Greece in the eastern Mediterranean: Turning engagement into influence](#). **European Council on Foreign Relations**, 02 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - NICARÁGUA — Crise política: [Eurocámara: sanciones contra Nicaragua, “si es el único lenguaje que entiende Ortega”](#). **DW**, 27 jun. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.
 - PERU — Crise eleitoral: [Proclamación de resultados se retrasa por demora de votos en minoría de Rodríguez Monteza](#). **El Comercio**, 12 jul. 2021. Acesso em: 12 jul. 2021.